

Demonstrações Financeiras

Verde 2 Energética S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do auditor independente

Verde 2 Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Verde 2 Energética S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Verde 2 Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Verde 2 Energética S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 14 de abril de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 28 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre Dias Fernandes', is written over a faint, larger version of the same signature.

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O

Verde 2 Energética S.A

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.540	33.603
Tributos a recuperar		318	-
Adiantamento a funcionários		2	-
Outros ativos		127	-
Total ativo circulante		<u>3.987</u>	<u>33.603</u>
Imobilizado	5	<u>363.774</u>	<u>133.566</u>
Total ativo não circulante		<u>363.774</u>	<u>133.566</u>
Total do ativo		<u><u>367.761</u></u>	<u><u>167.169</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde 2 Energética S.A

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	6	4.130	11.143
Tributos a recolher		487	697
Obrigações trabalhistas		12	-
Empréstimos e financiamentos	10	182.899	100.359
Total do passivo circulante		187.528	112.199
Não circulante			
Fornecedores	6	-	13
Total do passivo não circulante		-	13
Patrimônio líquido	7		
Capital social		183.050	46.867
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	10.110
Prejuízos acumulados		(2.817)	(2.020)
Total do patrimônio líquido		180.233	54.957
Total do passivo e do patrimônio líquido		367.761	167.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde 2 Energética S.A

Demonstração de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas gerais e administrativas	8	(147)	(64)
Outras despesas		-	(511)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(147)	(575)
Receita financeira	11	41	8
Despesa financeira	11	(155)	(326)
Resultado financeiro, líquido		(114)	(318)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(261)	(893)
Imposto de renda e contribuição social	12	(536)	(1.057)
Prejuízo do exercício		(797)	(1.950)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde 2 Energética S.A

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(797)	(1.950)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(797)</u>	<u>(1.950)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde 2 Energética S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

		Capital	Capital	Capital	Adiantamento para Futuro Aumento de capital	Prejuízos	Total
		Subscrito	a integralizar	Social		Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		46.867	(20.775)	26.092	-	(70)	26.022
Integralização de capital social	7	-	20.775	20.775	-	-	20.775
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	-	-	10.110	-	10.110
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.950)	(1.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		46.867	-	46.867	10.110	(2.020)	54.957
Integralização de capital social	7	126.073	-	126.073	-	-	126.073
Capital subscrito e a integralizar		21.550	(21.550)	-	-	-	-
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	7	10.110	-	10.110	(10.110)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(797)	(797)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		204.600	(21.550)	183.050	-	(2.817)	180.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde 2 Energética S.A

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

Fluxo de caixa de atividades operacionais	2023	2022
Prejuízo do exercício	(797)	(1.950)
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício:		
Depreciação e amortização	51	12
Juros apropriados	-	5.193
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	512
Despesas de imposto de renda e contribuição social	-	1.057
Variações em:		
Adiantamento a fornecedores	(2)	(13.020)
Obrigações trabalhistas	12	-
Outros ativos	(127)	-
Fornecedores	(9.341)	(2.371)
Tributos a recolher	(174)	673
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	(10.378)	(9.894)
Juros pagos	(21.968)	(4.834)
Impostos pagos sobre o lucro	(210)	(1.057)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(32.556)	(15.785)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(205.780)	(81.521)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(205.780)	(81.521)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	232.200	100.000
Pagamento de principal em empréstimos e financiamentos	(150.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	10.110
Aumento de capital social	126.073	20.775
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	208.273	130.885
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(30.063)	33.579
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.603	24
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.540	33.603
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(30.063)	33.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Verde 2 Energética S.A. (“Companhia” ou “Verde 2”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Rio Verde – GO, com principal atividade econômica vinculada à geração de energia elétrica e irá operar na modalidade PCH – Pequena Central Hidroelétrica.

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Geração nº 4/2019 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para instalação de empreendimento hidrelétrico na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica no Município de Rio Verde, Estado de Goiás (“PCH Verde 2 Baixo”), conforme Nota Técnica nº 1/2020- CEL/ANEEL, de 10 /01/2020, Despacho nº 50, de mesma data, e Aviso de Homologação e Adjudicação do Leilão A-6, datado de 21/01/2020 e publicado à página nº 117 do Diário Oficial da União, em 24/01/2020.

No escopo de principais exigências regulatórias está a construção da PCH Verde 2 Baixo, localizada às coordenadas 17° 16' 1,65" S e 50° 51' 45,21" W, no Rio Verde, na sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, com potência instalada de 22.500kW, conforme especificações contidas no projeto técnico aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.960, de 22/11/2013, bem como da autorização para sua exploração constante na Resolução Normativa nº 4.821, de 02/09/2014, no projeto básico aprovado pelo Despacho nº 154, de 18/01/2017, e parâmetros da garantia física fixada por meio do Despacho nº 3.046, de 19/09/2017.

O acordo de investimentos firmado prevê que a Verde 2 poderá precisar de recursos adicionais para a consecução do Empreendimento no valor de até R\$250.000, de modo que o investimento total no Empreendimento é estimado em R\$ 402.000 quando somados aos recursos próprios aportados pelos acionistas. Para garantir que a Verde 2 tenha todos os recursos financeiros necessários para tanto, os acionistas definem que as fontes de financiamento que atenderão às necessidades de aportes na Verde 2 serão, entre estas, mas não se limitando a: (i) geração de fluxo de caixa da própria Verde 2 e reinvestimento de seus resultados, observada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório; (ii) aportes de capital a serem feitos pelos acionistas; (iii) mútuos a serem realizados pelos acionistas à Verde 2; e (iv) obtenção de financiamento com instituições financeiras.

Atualmente, as estruturas civis estão em fase final de construção, enquanto a montagem eletromecânica e hidromecânica está em andamento. Prevê-se que essas atividades sejam concluídas até o final de abril de 2024, com o início do comissionamento dinâmico das turbinas programado para começar em maio de 2024. Em seguida, entraremos na fase de ajustes e dos parâmetros das máquinas para cumprir os requisitos obrigatórios de entrega de energia a partir de janeiro de 2025.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos definidos em contrato.



Contexto operacional

Continuidade operacional e dependência econômica--continuação

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 passivos circulantes excedentes aos ativos circulantes no montante de R\$ 183.541 (R\$ 78.596 em 31 de dezembro de 2022), prejuízos acumulados de R\$ 2.817 (R\$ 2.020 em 31 de dezembro de 2022) e fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 32.556 no exercício de 2023 (R\$ 15.785 em 2022). Contudo, a Companhia encontra-se em momento de construção (pré-operacional), para em seguida iniciar a operação. Sendo assim, o resultado no exercício decorre de juros sobre a parcela da dívida prevista para o período de obras.

Considerando este contexto e a intenção de consolidar-se no segmento de energia, a Companhia conta com o suporte financeiro dos seus acionistas no qual tem permitido e está comprometido a continuar com seu plano de negócios. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando em um futuro previsível.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pela Companhia e suas controladas, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Foram adotadas também as exigências regulatórias não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pautadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ajustado em 2022, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exercício em que promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e instituiu o citado manual, contemplando além das instruções contábeis, o roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor, sendo as normas contidas no referido Manual de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação destas demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, para as provisões de demandas judiciais, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas (vide detalhes na Nota 3.7).



Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 28 de março de 2024.

3 Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

3.2 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, quando da entrada em operação, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, limitado ao prazo de concessão.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

O Controle do ativo imobilizado da PCH Verde 2, após as unitizações, obedecerá às prerrogativas do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, conforme às imposições da Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015.

A unitização consiste no processo por meio do qual bens, direitos e instalações arrolados são valorados, constituindo UC/UAR (Unidades de cadastro/Unidades de Adição e Retiradas). O processo de unitização e cadastramento dos bens será concluído simultaneamente à sua transferência do Imobilizado em Curso para o Imobilizado em Serviço, e tem como data alvo a conclusão da construção da usina, prevista para o final do ano de 2024. Toda a memória dos procedimentos de unitização será composta pelas informações do Inventário Físico e das Ordens em Curso de origem.

3.3 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

3.4 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso



econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.5 Capital Social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores destas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido em Estatuto da Companhia.

3.6 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

(i) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é optante pelo lucro presumido.

A tributação sobre o lucro presumido compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado utilizando a alíquota de 15% sobre a presunção de lucro às bases, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada à alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

3.7 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.7.1 Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



3.7.2 *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.7.2 *Mensuração do valor justo*

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 9 - Instrumentos financeiros.

3.8 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos financeiros*

A Companhia reconhece os ativos financeiros na data da negociação na qual se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente, ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.



A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

3 Políticas contábeis materiais--continuação

(ii) ***Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos financeiros--continuação***

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos, classifica tais instrumentos como custo amortizado. Os ativos financeiros compreendem: caixa e equivalentes de caixa e outros ativos.

(iii) ***Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos passivos financeiros***

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia mantinha somente passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros mensurados a custo amortizado compreendem: fornecedores e outros passivos.

(iv) ***Compensação de ativos e passivos financeiros***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



3.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A cada data de apresentação das demonstrações financeiras a Administração da Companhia apura se há indicação de perda no seu valor recuperável nos valores contábeis dos ativos não financeiros (imobilizado e investimentos, incluindo os ágios). Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Os fatores considerados pela Companhia incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os valores recuperáveis de ágio são avaliados anualmente, independentemente da existência de indicadores de perda em seus valores recuperáveis.

Nenhuma evidência de perda por não recuperabilidade foi identificada nos ativos não financeiros.

3.10 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas



políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.11 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.



Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	3.500	123
Aplicação financeira	40	33.480
	<u>3.540</u>	<u>33.603</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mantidas para negociação diária e frequente, sendo substancialmente certificados de depósito bancário (“CDB”), compromissadas, em renda fixa com remuneração de 100% do certificado de depósito interbancário (“CDI”).



5 Imobilizado

Custo	Terrenos	Edificações	Veiculos	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Hardware	Adiantamento para imobilizado	Infraestrutura	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.573	24.187	61	-	-	-	-	-	27.821
Adições	6.040	85.099	2	9	0	1	13.070	2.052	106.273
(-) Baixas	-	(513)	-	-	-	-	-	-	(513)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.612	108.774	63	9	0	1	13.070	2.052	133.581
Adições	4.809	177.996	252	0	1.564	-	25.122	20.519	230.262
(-) Baixas	-	(2)	-	-	-	(1)	-	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.421	286.768	315	9	1.564	-	38.192	22.570	363.840
Depreciação	Terrenos	Edificações	Veiculos	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Hardware	Adiantamento para imobilizado	Infraestrutura	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	(3)	0	0	0	0	(3)	(3)
(-) Depreciação	-	-	(12)	0	-	(0)	-	(12)	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	(15)	0	0	(0)	-	(15)	(15)
(-) Depreciação	-	-	(51)	0	0	(0)	-	-	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	(66)	0	0	(0)	-	0	(66)
Imobilizado Líquido	Terrenos	Edificações	Veiculos	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Hardware	Adiantamento para imobilizado	Infraestrutura	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.612	108.774	48	9	0	1	13.070	2.052	133.566
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.421	286.768	249	9	1.564	0	38.192	22.570	363.774
Taxa de depreciação a.a.	0%	0%	20%	0%	0%	20%	-	0%	-

Durante o exercício findo em dezembro de 2023 foram capitalizados ao custo do ativo imobilizado no montante total de R\$20.519 (líquido das receitas financeiras (R\$ 2.051 em 2022) referente aos custos de empréstimos captados para construção da pequena central hidrelétrica.

Para fins de atendimento ao CPC 03 (R2), informamos que do total da aquisição do ativo imobilizado e que não houve ainda desembolso de caixa, totaliza R\$ 24.479 no exercício de 2023.



5 Imobilizado--continuação

Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avaliou, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar necessidade de teste sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças de condições do mercado, dentre outros. Não houve necessidade de provisão para recuperação ao valor recuperável dos ativos imobilizados na data base das demonstrações financeiras.

6 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar aquisição de terrenos	1.815	7.440
Maquinários e outros serviços	2.315	3.703
	4.130	11.143
Circulante	4.130	11.130
Não circulante	-	13

7 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 204.600 (R\$ 46.867 em 2022) dividido em 204.600.405 (46.867.072 em 2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, distribuído da seguinte forma:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ações	R\$	%	Ações	R\$	%
Brasal Energia S.A	171.580.243	171.580	84%	28.120.243	28.120	60%
Armando Martins de Oliveira	-	-	-	5.624.048	5.624	12%
ES Participações - EIRELI	33.020.162	33.020	16%	13.122.781	13.123	28%
	204.600.405	204.600	100%	46.867.072	46.867	100%

O capital social da Companhia foi integralizado no montante de R\$ 136.183 no exercício de 2023.

Em 19 de setembro de 2023, pelo termo de transferência de ações foi alterado o quadro societário da VERDE 2 (controlada), com repasse das ações nominativas do sócio Armando Martins de Oliveira para a sócia ES Participações LTDA.

7 Patrimônio líquido--continuação

b. Reserva legal



A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro líquido ajustado do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº6.404/76, limitado a 20% do capital social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em virtude dos prejuízos acumulados pela Companhia não houve constituição de reserva legal.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram atribuídos declarados/distribuídos dividendos aos acionistas uma vez que a Companhia está apurando prejuízos em razão da sua fase pré-operacional, conforme contextualizado na Nota 1.

8 Despesas gerais e administrativas

Despesas administrativas	2023	2022
Consumos diversos	(21)	(1)
Depreciação e amortização	(51)	(12)
Serviços prestados	(76)	(562)
	<u>(147)</u>	<u>(575)</u>

9 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes, outros ativos e fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa: os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- (ii) Outros ativos: corresponde aos valores apresentados nas demonstrações financeiras;
- (iii) Fornecedores: os valores estimados para as obrigações com fornecedores decorrentes da contratação de serviços e aquisição de material;
- (iv) Instrumentos derivativos: a Companhia não participa em operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Risco de crédito e taxa de juros

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.



9 Instrumentos financeiros e gestão de risco--continuação

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade e conclusão do empreendimento para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Total do passivo	187.528	112.199
Caixa e equivalentes de caixa	<u>3.540</u>	<u>33.603</u>
Dívida líquida	<u>183.988</u>	<u>78.596</u>
Total do Patrimônio líquido	<u>180.233</u>	<u>54.957</u>
Índice de alavancagem	<u>0,98</u>	<u>0,70</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos definidos em contrato.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 passivos circulantes excedentes aos ativos circulantes no montante de R\$ 183.541 (R\$ 78.596 em 31 de dezembro de 2022), prejuízos acumulados de R\$ 2.817 (R\$ 2.020 em 31 de dezembro de 2022) e fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 32.556 (R\$ 15.785 em 31 de dezembro de 2022).

Considerando este contexto e a intenção de consolidar-se no segmento de energia, a Companhia, que se encontra em fase pré-operacional, conta com o suporte financeiro dos seus acionistas no qual tem permitido e está comprometido a continuar com seu plano de negócios. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando em um futuro previsível.



A Companhia busca manter o nível de “Caixa e Equivalentes de caixa” e outros investimentos em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. Abaixo o cronograma de pagamento dos passivos financeiros da Companhia:

9 Instrumentos financeiros e gestão de risco—continuação

Risco de liquidez--continuação

Em 31 de dezembro de 2023	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	De 12 a 24 meses
Fornecedores	4.130	4.130	4.130	-
Empréstimos e financiamentos	182.899	182.899	182.899	-
Total	<u>187.029</u>	<u>187.029</u>	<u>187.029</u>	<u>-</u>

Sensibilidade relativa a ativos e passivos financeiros

A análise de sensibilidade para cada tipo de mercado considerado relevante pela Administração está apresentada abaixo.

O ativo e passivo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando-se a data-base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os 12 meses de 2022 e a partir deste, simulamos variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

	Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações - CDI	40	40	40
Taxa sujeita à variação	1,90%	1,43%	0,95%
Receita financeira projetada	<u>0,76</u>	<u>0,57</u>	<u>0,38</u>
Variação (R\$)	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>(17)</u>
Empréstimos - CDI	182.899	182.899	182.899
Taxa sujeita à variação	1,90%	2,38%	2,85%
Despesa financeira projetada	<u>3.475</u>	<u>4.353</u>	<u>5.213</u>
Variação (R\$)	<u>-</u>	<u>878</u>	<u>860</u>

Valor justo de instrumentos financeiros



As tabelas abaixo demonstram os principais ativos e passivos financeiros da Companhia, e a comparação da classificação em custo amortizado e a comparação com os respectivos montantes estimados de valor justo.

9 Instrumentos financeiros e gestão de risco—continuação

Valor justo de instrumentos financeiros--continuação

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	3.540	3.540	33.603	33.603
Tributos a recuperar	318	318	-	-
Adiantamento a funcionários	2	2	-	-
Outros ativos	127	127	-	-
	3.987	3.987	33.603	33.603
Passivos Financeiros				
Fornecedores	4.130	4.130	11.130	11.130
Obrigações tributárias	487	487	924,00	924
Obrigações trabalhistas	12	12	-	-
Empréstimos e financiamentos	182.899	182.899	100.359	100.359
	187.528	187.528	112.413	112.413

10 Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Moeda	Taxas contratuais	Índice	31/12/2023	31/12/2022
Cédula de crédito bancário	BRL	6,45% a.a.	Pré Fixado	182.899	-
Cédula de crédito bancário	BRL	4,63% a.a.	Pré Fixado	-	100.359
Total				182.899	100.359
Circulante				182.899	100.359
Não circulante				-	-

Garantias:

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por recursos financeiros mantidos em conta corrente bancárias da instituição financeira cedente e por avais e fianças dos acionistas.

Covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia não possuem covenants financeiros. A Administração declara estar adimplente em todas as obrigações contratuais durante os exercícios de 2022 e 2023.



11 Resultados financeiros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita financeira		
Variação Monetária Ativa	-	8
Outras receitas financeiras	41	-
	<u>41</u>	<u>8</u>
Despesa financeira		
Financiamento a produção	(144)	(290)
Juros e despesas bancárias	(9)	(36)
IOF	(2)	(2)
Outras despesas financeiras	-	2
	<u>(155)</u>	<u>(326)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(114)</u>	<u>(318)</u>

12 Imposto de renda e contribuição social

O montante de R\$ 536 refere-se exclusivamente a imposto de renda e contribuição social sobre as receitas financeiras da Companhia.

	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-
(%) Presunção	32%	32%		32%	32%	
Base de cálculo antes das receitas financeiras	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras/outras	1.625	1.625	1.625	3.149	3.149	3.149
Base de cálculo	1.625	1.625	1.625	3.149	3.149	3.149
Alíquota	15%	9%	9%	15%	9%	
Imposto apurado	(244)	(146)	(391)	(472)	(283)	(756)
Imposto adicional – 10%	(146)	-	(145)	(301)	-	(301)
Despesas com imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(390)	(146)	(536)	(773)	(283)	(1.057)

13 Seguros

A Companhia dispõe de seguro patrimonial e de cobertura de riscos de engenharia entendidos pela Administração como suficientes para cobrir eventuais riscos ligados ao empreendimento em andamento. A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2023 é composta conforme quadro abaixo:

<u>Risco assegurado</u>	<u>Valor do risco segurado</u>	<u>Vigência</u>
Seguro Garantia para Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	8.647	01/04/2025



14 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Brasal Energia S.A., uma empresa de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, Brasil que por sua vez tem como controlador direto a Brasal Participações S.A..

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve pagamentos de remuneração do pessoal chave da Administração, os quais são remunerados pela controladora final Brasal Participações S.A.

15 Eventos subsequentes

Contratação de Dívida

Em 21 de março de 2024, ocorreu a contratação de operações de cessão fiduciária de direitos creditórios junto ao Banco Santander no valor total de R\$ 200.000.000,00 (Duzentos milhões de reais), com o prazo de 30 dias a um custo de CDI + 1,29% a.a., cujo recurso é destinado para a quitação do valor do principal e juros da operação contratada no exercício de 2023 no valor de R\$ 170.000.000,00 (Cento e setenta milhões de reais). Está em fase de assinatura pela controlada Verde 2 Energética S.A. os atos societários e contratos para a emissão de uma operação de Debêntures de Infraestrutura no valor de R\$ 170.000.000,00 (Cento e setenta milhões de reais), cujo objetivo é alongar a dívida para alavancar o projeto.
